

AS CONTRIBUIÇÕES DE BOURDIEU E WEBER NA DISCUSSÃO SOBRE O PAPEL DOS EXAMES E DIPLOMAS NA SOCIEDADE

Priscila de Paulo Uliam¹

Maria Cristina da Silveira Galan Fernandes²

Resumo

As contribuições das concepções de Pierre Bourdieu e Max Weber para estudos nas diversas áreas das Ciências Humanas e em especial na Sociologia são inúmeras e já consagradas pela comunidade científica. Entretanto, estes autores que apresentam características tão peculiares no que diz respeito à estruturação de conceitos teóricos, apresentam também pontos convergentes: ambos abordaram a problemática em torno da titulação escolar como mecanismo de obtenção de poder. Apoiado na análise sobre a burocratização do ensino na China proposta por Weber e nas reflexões acerca do “sistema de ensino” e do “aparelho de produção” apresentadas por Bourdieu, este artigo tem como objetivo ampliar as possibilidades de conexão entre essas duas leituras, visando à discussão da representatividade histórico-social dos exames e diplomas como mecanismo de edificação das diferentes relações no trabalho que se refletem na condição econômica e, conseqüentemente, no padrão de vida das pessoas.

Palavras chaves: Letrados chineses. Sistema de ensino. Aparelho de produção. Exames. Diplomas.

THE CONTRIBUTIONS OF BOURDIEU AND WEBER ON THE DEBATE ABOUT THE ROLE OF EXAMS AND TITLES IN SOCIETY

Abstract

The contributions made by the concepts of Max Weber and Pierre Bourdieu for studies in several areas of science, particularly in sociology, are many and already well known by the scientific community. However, those authors, who present such unique features with respect to the structuring of theoretical concepts, also have common points: both have addressed the issues around the school title as a mechanism for obtaining power. Backed by the analysis of the bureaucratization of education in China proposed by Weber and on the debate about the "education system" and "production equipment" presented by Bourdieu, this paper aims to extend the possibilities of connection between these two readings, discussing the social-historical representativeness of the exams and diplomas as a mechanism for building the various relationships at work which are reflected in the economic status and consequently in the living standard of the people.

¹ Aluna do curso de graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. Contato: priscilauliam@gmail.com.

² Professora doutora do Departamento de Educação (DEd) da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. Contato: cristinagfer@ufscar.br.

Keywords: Chinese literati. Educational system. Production device. Exams. Titles

Introdução

A representatividade do diploma e do cargo na sociedade contemporânea ganha cada vez mais espaço nas pesquisas em áreas humanas e se torna um fator essencial a ser pensado no meio pedagógico. Assim, torna-se importante refletir sobre o papel dos exames e diplomas na sociedade atual, destacando suas relações com a obtenção de cargos e privilégios sociais.

Max Weber e Pierre Bourdieu apresentaram concepções essenciais para a compreensão dos grupos sociais humanos, e seus trabalhos em relação ao diploma e ao cargo apresentam características únicas em cada um dos autores, mas que merecem uma análise em paralelo. Assim, este artigo centra-se na identificação de algumas dessas relações.

O fio condutor desse trabalho se edifica em duas grandes obras de Weber e Bourdieu, respectivamente: “Os letrados chineses” e “O Diploma e o cargo: relações entre o sistema de produção e o sistema de reprodução”, não necessariamente únicas, mas essenciais.

Para tanto, o trabalho foi dividido em dois seguimentos principais de análise individual dos autores e culmina na comparação de seus pressupostos. Assim, muitas releituras foram necessárias para tomada de nota desses pontos essenciais no estudo que pareciam estar separados pela ideologia, pelo tempo e contexto.

Desnudando ideias que estão à frente de seu tempo, os dois autores notavelmente trataram das questões relacionadas à luta de classes sem deixar de reconhecer as nuances do poder. Assim, observaram que são inúmeros os fatores que permeiam as relações de poder e de manutenção do *status quo* em nossa sociedade, dentre esses, os mecanismos de obtenção de diplomas e cargos podem ser apontados como significativos.

A análise da organização burocrática das políticas dos estados chineses e seu reflexo no sistema educacional segundo Weber

Weber faz a análise da estrutura burocrática das organizações políticas e da importância do cargo e dos exames no contexto chinês. Nessa sociedade é possível observar a importância dada aos exames para a conquista de uma posição social.

A estrutura cada vez mais burocrática das organizações políticas dos estados chineses e de seus veículos deu à tradição literária da China a sua marca característica. Durante mais de dois mil anos, os letrados foram, claramente, a camada dominante na China, e ainda o são. Seu domínio foi ininterrupto, e contestado por vezes com vigor, embora sempre renovado e ampliado. (WEBER, 1971, p.471- 472).

Weber resgata textos e documentos históricos que comprovam a organização burocrática do sistema de mandarinato. Os exames, que segundo registros, já eram realizados no final do século VII, tinham papel essencial como fator de possibilidade de ascensão social.

Durante o período da monarquia central, os mandarins tornaram-se um estamento de pretendentes certificados às prebendas públicas. Todas as categorias de servidores públicos chineses eram recrutadas entre eles, e sua qualificação para o cargo e a posição social dependia do número de exames em

que eram aprovados [...] A pergunta habitualmente feita a um estranho, de posição social ignorada, era quantos exames havia realizado. (WEBER, 1971, p.478).

Weber aponta que o Mandarim era visto como um ser admirável, místico, mas sem a conotação religiosa de sacerdócio. Sua função não estava ligada a sua formação literária, cabia aos subalternos a administração das finanças e aos Mandarins o falar ao povo e o recitar poesias. O papel de conselheiro do imperador também era uma das funções do mandarim e por muitas vezes as ideias antagônicas às dos oficiais da guerra geravam conflitos de interesses, entretanto a decisão final era sempre do imperador.

A venda de cargos ocorreu em determinado período, em geral, para financiar guerras, e a categoria era caracterizada como um estamento que possuía grande número de aprovação nos exames.

Em sua análise do contexto chinês, Weber revela uma estrutura social, que mesmo apresentando uma possibilidade de mobilidade social com os exames, tem elementos dificultadores da ascensão das classes subalternas, pois em muitos casos, os filhos de mandarins teriam uma melhor preparação para também desenvolver essa função e, em geral, seguiam a carreira dos pais.

O exame se apresentava da seguinte maneira, conforme origem e pretensões do examinado:

Mas hoje, como antes, havia lado a lado três caminhos para alcançar um cargo: 1) preferência imperial para os filhos das famílias nobres (privilégios de exame); 2) exames fáceis (oficialmente, três a seis anos) para os funcionários inferiores pelos funcionários superiores que controlavam os cargos: isso levava inevitavelmente, cada vez, também ao avanço para posições mais altas; 3) o único caminho legal: qualificar-se efetiva e exclusivamente pelos exames. (WEBER, 1971, p.481).

Não havia, entretanto uma unidade em relação à categoria. O sistema de exames, com diversos níveis de provas, mantinha a concorrência entre os mandarins garantindo o controle do imperador. Deste modo, não somente as tradições, mas também os exames garantiam a posição de poder do imperador.

O sistema facilitou uma luta competitiva pelas prebendas e cargos entre os candidatos, o que os impedia de se unirem numa nobreza feudal de funcionários. A admissão às fileiras dos aspirantes estava aberta a todos os que provassem suas qualificações. O sistema de exames realizava, assim, seus objetivos. (WEBER, 1971, p.481-482).

Outro mecanismo de controle eram os registros da conduta do mandarim. Em um sistema meritocrático, o mandarim poderia ser reconhecido pelos seus méritos e até mesmo ser rebaixado por suas faltas. A cada três anos eles eram reavaliados e tinham uma lista de observações sobre seu comportamento publicada na *gazeta imperial*. Ser rebaixado era sinônimo de vergonha e significava ser humilhado publicamente.

Por outro lado, o cargo era bem visto pela população. Quem possuía o dom de ser aprovado nos exames era reconhecido notavelmente e obtinha uma posição respeitável.

Se a técnica e a substância dos exames tinham natureza exclusivamente mundana e representavam uma espécie de "exame cultural dos letrados", a

opinião popular a seu respeito era muito diferente: atribuíam-lhes um sentido mágico-carismático. Aos olhos das massas chinesas, um candidato e funcionário aprovado nos exames não era, de modo algum, um simples candidato a cargo, preparado pelo conhecimento. Era o detentor comprovado de qualidades mágicas que, como iremos ver, eram atribuídas ao mandarim, tal como ao sacerdote examinado e ordenado de uma instituição eclesiástica da graça, ou um mágico comprovado e julgado pela sua corporação. (WEBER, 1971, p.490).

Weber aponta que mesmo sendo bem visto pelas massas, o sistema de mandarinato, encontrava forças de oposição, as tradicionais famílias feudais e os “capitalistas” ou os vendedores de cargos. Os primeiros, através de sua influência junto ao imperador, encontravam maneiras de encaminhar seus descendentes, procurando manter o monopólio sobre os cargos. Os segundos pretendiam a venda de cargos.

Na antiguidade, os principais adversários dos letrados eram as "grandes famílias" do período feudal que não desejavam ser afastadas de seu monopólio dos cargos. Tendo de acomodar-se às necessidades do patrimonialismo e à superioridade do conhecimento da escrita, elas encontraram formas de abrir o caminho para seus filhos, através da preferência imperial. (WEBER, 1971, p.499).

A guerra tão necessitada de recursos financeiros abria caminho para venda de cargos.

Houve, em seguida, os capitalistas compradores de cargos; resultado natural do nivelamento dos estamentos e da economia monetária fiscal. No caso, a luta não podia levar a um êxito constante e absoluto, mas tão-somente ao êxito relativo, porque toda exigência de guerra levava a administração central, carente de dinheiro, à venda de *prebendas*, como o *único* meio de financiar a guerra. Isso ocorreu até épocas recentes. (WEBER, 1971, p.499).

A função de mandarim, juntamente com a visão romantizada de sua posição, abre caminho para a observação de que esta categoria tinha uma função muito mais burocrática que necessária. Na prática sua utilidade se resumia a adoração e apreciação.

O sistema acabava por fomentar um modelo educacional voltado à formação do mandarim. Havia escolas que ensinavam a arte ligada às letras, dentro de um modelo tradicional de educação, em que o ensino mnemônico prevalecia e os castigos físicos não eram raros. A intenção de obter o cargo mobilizava um contingente significativo de estudiosos que, após anos de dedicação, prestavam as provas e, conseqüentemente, muitos não eram aprovados.

Weber faz uma análise do modelo de educação chinês denominado tradicional ou do “cultivo”. Este, por sua vez, não apresentava as características de outros modelos educacionais carismáticos que eram sustentados por preceitos de ordem religiosa, como ocorrido, por exemplo, na Índia, mas era tido como uma carreira de prestígio e com certo misticismo. O modelo chinês não se parecia também com a forma burocrática e especializada, características do capitalismo.

A importância do preparo para as provas pode ser considerada semelhante aos vestibulares e concursos na atualidade brasileira. O papel do cargo estava mais relacionado à sua existência que à sua essência, uma vez que não havia implicações realmente práticas na função, como administrar finanças ou tomar decisões (de forma direta). O mandarim era mais um ser figurativo que imprescindível.

As peculiaridades do modelo chinês fizeram da análise de Weber uma referência para a observação da formatação do modelo educacional atual, de seu caminhar em relação aos cargos, da necessidade de preparação e especialização para os exames e principalmente das lutas por poder nas instituições de ensino e nas relações de trabalho.

O diploma e o cargo como mecanismo de reprodução social e autenticação do poder das classes dirigentes na visão de Pierre Bourdieu

Para Nogueira e Nogueira (2002), Pierre Bourdieu, faz uma análise do quadro educacional vivenciado em meados do século XX e aponta para a não neutralidade da escola pública. Bourdieu ressalta que as relações de dominação estão presentes nas diversas instituições de Estado, assim como na escola.

Uma das teses centrais da Sociologia da Educação de Bourdieu é a de que os alunos não são indivíduos abstratos que competem em condições relativamente igualitárias na escola, mas atores socialmente constituídos que trazem, em larga medida incorporada, uma bagagem social e cultural diferenciada e mais ou menos rentável no mercado escolar. O grau variado de sucesso alcançado pelos alunos ao longo de seus percursos escolares não poderia ser explicado por seus dons pessoais – relacionados à sua constituição biológica ou psicológica particular –, mas por sua origem social, que os colocaria em condições mais ou menos favoráveis diante das exigências escolares. (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002, p.18).

Para Bourdieu o sucesso escolar está associado a fatores mais gerais que o dom ou a iniciativa pessoal do aluno. Está associada às condições de vida do educando, a complexidade de suas relações sociais e a disponibilidade econômica. Utilizando os conceitos de capital social e capital cultural, Bourdieu, desmascara a falsa neutralidade do sistema de ensino.

Bourdieu questiona frontalmente a neutralidade da escola e do conhecimento escolar, argumentando que o que essa instituição representa e cobra dos alunos são, basicamente, os gostos, as crenças, as posturas e os valores dos grupos dominantes, dissimuladamente apresentados como cultura universal. A escola teria, assim, um papel ativo – ao definir seu currículo, seus métodos de ensino e suas formas de avaliação – no processo social de reprodução das desigualdades sociais (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002 p.18-19).

Em “Escritos de Educação” no capítulo “Os três estados do capital cultural”, Pierre Bourdieu aponta três formas sob as quais o capital cultural existe: no estado incorporado; no estado objetivado; e no estado institucionalizado. Todas as três formas têm grande importância no entendimento das proposições de Bourdieu, entretanto, o terceiro ponto vai ao encontro da problemática tratada e, portanto, será priorizada neste trabalho.

O capital cultural institucionalizado está ligado aos mecanismos socialmente instituídos de autenticação do capital cultural. O diploma representa, deste modo, um elemento de comprovação de que os indivíduos portadores têm as habilidades necessárias para desempenhar determinadas funções, independentemente da real aquisição desse capital cultural.

Com o diploma, essa certidão de competência cultural que confere ao seu portador um valor convencional, constante e juridicamente garantido no que diz respeito à cultura, a alquimia social produz uma forma de capital cultural

que tem autonomia relativa em relação ao seu portador e até mesmo em relação ao capital cultural que ele possui, efetivamente, em um dado momento histórico. (BOURDIEU, 2007, p.78).

Assim, para Bourdieu o diploma funciona como “uma certidão de competência cultural” que funciona de modo autônomo ao seu portador e ao seu capital cultural propriamente dito. O capital cultural representado pelo diploma tem um caráter coletivo que transfere a todo o portador certo poder já instituído.

Bourdieu observa também que há uma barreira que separa o último aprovado e o primeiro reprovado em um concurso ou vestibular, por exemplo. Bourdieu denomina essa barreira que separa estes dois grupos, como “fronteira mágica”, uma “barreira jurídica” que institui os valores do grupo.

Basta pensar no concurso que, a partir do continuum das diferenças infinitesimais entre as performances, produz discontinuidades duráveis e brutais, do tudo ao nada, como aquela que separa o último aprovado do primeiro reprovado, e institui uma diferença de essência entre a competência estatutariamente reconhecida e garantida e o simples capital cultural, constantemente intimado a demonstrar seu valor. Vê-se claramente nesse caso a magia performática do poder de instituir, poder de fazer crer, ou, numa só palavra, de fazer reconhecer. (BOURDIEU, 2007, p.78).

Bourdieu observa também que o diploma é utilizado como moeda de troca no mercado de trabalho, convertendo capital cultural em capital econômico.

Deste modo, Bourdieu desnuda um esquema de relações intrínsecas ao diploma e a incorporação de valores sociais inerentes a sua função que garante aos portadores o crédito de pertencer a um dado grupo, independentemente do seu capital cultural.

Em “O diploma e o cargo”, Bourdieu e Boltanski (2007) apontam a questão da mobilidade social, como dependente do Sistema de Ensino (SE), que, por conseguinte, é dependente da transformação do aparelho econômico. Abordam as diferenças existentes entre os interesses do sistema econômico, o sistema de ensino e a família.

Sobre o valor do diploma, como representante de uma competência técnica, os autores assinalam “um valor universal e relativamente intertemporal” do mesmo, garantindo direitos ao portador nos diversos mercados.

O diploma “universaliza” o trabalhador porque, análogo nesse aspecto à moeda, transforma-o num “trabalhador livre” no sentido de Marx, mas cuja competência e todos os direitos correlativos são garantidos em todos os mercados (por oposição ao produto “da casa” que está acorrentado a um mercado porque todas as suas propriedades lhe vêm do cargo que ocupa) [...]. *Resulta daí a possibilidade de uma defasagem entre as competências garantidas pelo diploma e as características dos cargos, cuja mudança, dependente da economia, é mais rápida.* (BOURDIEU; BOLTANSKI, 2007, p. 132, grifo nosso).

Outra relação apresentada por Bourdieu e Boltanski envolve a compra e venda da força de trabalho, num jogo de interesses pela valorização/desvalorização do diploma. Para os autores, “O valor que recebem no mercado de trabalho depende tão mais estritamente de seu capital escolar quanto mais rigorosamente codificada for a relação entre diploma e cargo.” (BOURDIEU; BOLTANSKI, 2007, p. 134).

Os autores esclarecem que os diplomas e os cargos que apresentam maior flexibilidade em suas atribuições abrem precedentes para obtenção de maiores rendimentos, principalmente para os detentores de capital social.

Assim, a relação entre vendedores e compradores estabelece uma negociação, em que “[...] os vendedores de trabalho tentam ‘valorizar seus diplomas’, enquanto os compradores procuram obter pelo menor preço, as capacidades que, se presume, são garantidas por esses diplomas.” (BOURDIEU; BOLTANSKI, 2007, p. 135-136).

Bourdieu aponta que os portadores e os produtores de diplomas defendem a autonomia do diploma. Em contraponto, os economistas não se interessam por essa autonomia e flexibilidade do diploma, pois quanto menor a liberdade representada pelo diploma maior a dependência ao sistema econômico.

O diploma representa interesses coletivos, o mesmo garante poderes e direitos concomitantes a todos que o possuem, uma vez contestadas as atribuições de um diploma, todos os demais serão postos em cheque.

Outra relação estabelecida por Bourdieu diz respeito à qualidade atribuída ao diploma. Seu valor não se edifica na quantidade de portadores, mas sim pelo capital social incorporado, sua apreciação se torna maior, se ele for incomum, raro.

Nesse processo de compra e venda a manutenção da reprodução ocorre pelo favorecimento das instituições de ensino ligadas a economia.

Assim, em consonância aos ideais dos dirigentes que visam à desvalorização da força de trabalho, o grande número de diplomados é considerado favorável, pois coloca em evidência a concorrência e aliena o sistema de ensino cada vez mais ao sistema econômico, além disso, faz dos não-diplomados uma classe excluída e obsoleta.

[...] o crescimento do número de diplomados (que tende a favorecer a exclusão dos não-diplomados e a obsolescência dos mecanismos mais antigos de promoção e, secundariamente, a desvalorização de cada diploma particular que é correlativa a translação do sistema dos diplomas), a universalização do reconhecimento atribuído ao diploma e a unificação, ao menos sob esse aspecto, do mercado de trabalho, engendraram sua contrapartida: a diversificação do mercado escolar e o desenvolvimento de um aparelho escolar mais diretamente ajustado ao sistema econômico, capaz de fazer concorrência ao monopólio do sistema de ensino do setor público. (BOURDIEU; BOLTANSKI, 2007, p. 139).

A luta pelo controle do valor do diploma, seja pelo controle ao acesso ou pela discriminação, opera como mecanismo de desvalorização da força de trabalho, servindo aos interesses do comprador.

Bourdieu relaciona ainda, os conflitos entre os vendedores de força de trabalho e os detentores dos meios de produção, que se edificam: a) na definição do cargo, compreendendo as tarefas que competem aquele cargo; b) nas características que os agentes devem comportar para ter acesso ao cargo; c) no ordenado conferido ao cargo dentro de uma hierarquia salarial; d) e na nomenclatura atribuída ao cargo que representa uma luta semântica para a aproximação do cargo à valorização social.

Para Bourdieu as relações entre o cargo e o diploma engendram uma série de relações que caracterizam a perpetuação dos meios de dominação em um ciclo recorrente. Não obstante, essa visão, considerada por muitos, negativa, pontua aspectos essenciais para o entendimento das relações de poder que permeiam a dinâmica educacional e as relações de trabalho, desnudando aspectos essenciais na construção do sistema de diplomação e aquisição de cargos na atualidade.

A relação do diploma e o cargo no delineamento do contexto chinês apresentado por Weber e na análise do sistema de produção e do sistema de reprodução proposto por Bourdieu

Se em “Os letrados chineses”, Weber analisa um modelo educacional peculiar, reflexo de uma sociedade que super valoriza os exames, em “O diploma e o cargo: relações entre o sistema de produção e o sistema de reprodução” de Bourdieu, essa análise é feita observando o papel do sistema de ensino, assim como dos diplomas, na contribuição da manutenção do *status quo*.

As leituras são pautadas na permanência dos exames e diplomas como elemento garantidor de privilégios aos aprovados. Assim, a constituição de uma sociedade meritocrática pode ser observada como dissimulador de uma desigualdade vivenciada por todos aqueles que concorrem nos exames e no mercado de trabalho.

Weber explicita em seu trabalho, a falsa neutralidade dos exames para ascensão social dos agentes. Ele apresenta pontos essenciais no entendimento das relações que permeiam a aquisição do cargo, como por exemplo, a referência familiar que auxilia na preparação para os exames e até mesmo a compra de cargo que ocorreu em determinados períodos históricos.

Bourdieu também aponta essa interação entre o sistema de ensino e a família. Entretanto adiciona o papel do sistema econômico a essa análise e apresenta a ideia de forma mais direta, apontando a interação com o grupo familiar como fator de reprodução social mais efetivo que a função de reprodução técnica ligada ao sistema econômico.

[...] o sistema de ensino depende menos diretamente das exigências do sistema de reprodução do que das exigências da reprodução do grupo familiar. Além disso, a lógica específica do sistema de ensino, tal como foi descrita nos trabalhos anteriores, faz com que ele tenda a se organizar em funções dos imperativos de sua própria reprodução, o que o predispõe a exercer a função de reprodução social, em vez da função de reprodução técnica. (BOURDIEU; BOLTANSKI, 2007, p. 130).

Assim, é possível observar que o trabalho de Weber acerca dos letrados chineses é pautado, principalmente, na observação dos acontecimentos no contexto chinês. Entretanto, as ideias de capital cultural e capital social, que só foram sistematizadas posteriormente por Bourdieu, podem ser percebidas de forma implícita permeando as relações descritas por Weber.

A questão das relações de poder associadas aos diplomas e cargos foi destacada por ambos os autores nas obras já citadas. Tanto no modelo chinês avaliado por Weber como no trabalho de Bourdieu na construção dos termos “capital cultural” e “capital social” e na análise sobre as relações do sistema de ensino com o mercado de trabalho é notável a tendência a demonstrar as relações de poder que perpassam o processo de aquisição de um diploma e/ou um cargo, conferindo aos aprovados privilégios e prestígio social.

Em Weber é possível observar a representatividade do mandarim não somente para o imperador, como também para a população chinesa na época. A função de conselheiro do império colocava os mandarins numa posição direta de poder e sua influência era notória sobre a província. Todavia, o conflito de interesses entre os mandarins e os generais originava uma luta de forças, a decisão final era do imperador, mas as relações de poder eram construídas dentro dessa forma de governo hierárquica.

O poder do mandarim se estendia também à forma de organização burocrática do governo chinês em estamentos. Os exames tinham papel essencial dentro desse contexto, pois o número de exames em que um indivíduo era aprovado representava sua posição social.

Bourdieu aponta o papel dos exames não pelo número dentro de um sistema organizado pelo governo, mas relaciona o valor do diploma ao capital cultural e capital social por ele incorporado. As transações entre detentores de diplomas e detentores de cargos estão ligadas a uma identidade social que vai além daquilo que o trabalhador tem a oferecer como capacidade de execução do trabalho. Tal identidade está relacionada aos atributos que o diploma oferece aos agentes mesmo que esses atributos não tenham sido compreendidos durante sua formação.

Para o autor, “Nessas transações, os vendedores de força de trabalho têm uma força tanto maior quanto mais importante for seu capital escolar como capital cultural incorporado que recebe a sanção escolar e, por esse motivo, está juridicamente garantido”. (BOURDIEU; BOLTANSKI, 2007, p.134).

Assim como os letrados chineses ocupavam funções pouco relacionadas à sua formação literária, Bourdieu aponta que nem sempre a capacidade necessária em um determinado cargo foi abrangida pela formação do vendedor de trabalho, caracterizando uma defasagem entre as atribuições do cargo e a formação dos candidatos.

[...] o sistema de ensino e o aparelho econômico obedecem a lógicas diferentes e têm, por esse motivo, durações estruturais muito desiguais: é na lógica do SE que reside o princípio de defasagem estrutural entre o SE e o aparelho econômico que dá o fundamento objetivo aos jogos estratégicos dos agentes. (BOURDIEU; BOLTANSKI, 2007, p. 131).

Deste modo, o modelo chinês, baseado em exames que se repetiam em um determinado período de tempo, assim como a competição entre os candidatos, garantia a manutenção do sistema e a defesa dos interesses do imperador.

O sistema facilitou uma luta competitiva pelas prebendas e cargos entre os candidatos, o que os impedia de se unirem numa nobreza feudal de funcionários. A admissão às fileiras dos aspirantes estava aberta a todos os que provassem suas qualificações. O sistema de exames realizava, assim, seus objetivos. (WEBER, 1971, p.481-482).

Weber apresenta fatos históricos que desnudam um modelo de avaliação que acabava por mobilizar diversos setores da sociedade em detrimento da possibilidade de ascensão social e econômica, como por exemplo, o sistema educacional vigente, que enfatizava o ensino das letras e se organizava em cursos preparatórios para a carreira de mandarim. O prestígio devido aos mandarins denotava um dos mais altos graus de ascensão pretendidos por plebeus.

Bourdieu aponta ainda a relação de valoração do diploma que garante ao portador privilégios, dependendo do seu reconhecimento social, pois o diploma que abrange apenas um grupo seletivo da sociedade apresenta maior valor, assim como ocorrido com os letrados chineses na hierarquia de funcionários. O caráter exclusivo dos diplomas também apresenta relação com o modelo chinês, uma vez que o cargo de mandarim era raro, tornando-se deste modo precioso. Como afirma Weber (1971, p. 495):

A percentagem de candidatos reprovados era extremamente alta. Em consequência das quotas fixas, a fração dos formados dos exames superiores era proporcionalmente pequena, e mesmo assim eles sempre eram muito mais numerosos do que os cargos existentes.

Em Bourdieu verifica-se que:

[...] uma vez que não se pode contestar o poder legítimo (os direitos) conferido por um diploma é tanto mais precioso (caro) quanto mais raro é, embora tenha, ao mesmo tempo, menos defensores. (BOURDIEU; BOLTANSKI, 2007, p. 136).

Pode-se dizer, portanto, que os autores apresentam, em perspectivas diferentes, aspectos relevantes que compreendem a aquisição de diplomas e cargos e os relacionamentos que são estabelecidos nesse contexto. Mais voltado à análise de fatores que influenciam na manutenção do *status quo* e nas relações de poder, Bourdieu coloca em evidência um sistema educacional reprodutivista que valoriza o diploma pela sua representatividade social, historicamente constituída e não pela sua adequação ao cargo e à formação do sujeito social. Weber aponta fatores que evidenciam a formação do mandarim e sua representatividade como figura do poder dentro de uma sociedade mais específica. Apresentando a observação do modo de vida dessas pessoas Weber parece se distanciar da análise de Bourdieu quanto à abordagem, mas o conteúdo apresenta-se interligado quanto à tendência à permanência de uma dada parcela da sociedade no poder.

Considerações finais

Pierre Bourdieu e Max Weber observam em suas análises as diversas bases que fomentam as relações de dominação existentes na sociedade. Ambos analisaram o intrigante ciclo pelo qual as relações de dominação são construídas e pontuaram a ligação existente entre as instituições, em especial as de estado, e o sistema econômico para reprodução social.

Segundo Valle (2003, p. 123) a obra de Weber inspirou Bourdieu, “que se interessou pela maneira em que os grupos aparecem nos diferentes campos e lutam pelo poder e para ampliar sua influência”. A mesma autora ressalta ainda o olhar crítico sobre a falta de acesso das massas aos conhecimentos eruditos, num sistema de domesticação característico das sociedades dominadas por intelectuais.

Enquanto Bourdieu se mostra altamente provocador em relação a esse grupo social (elite intelectual), que se beneficia economicamente, Weber refere-se ao uso específico que é feito do poder intelectual. Longe de descrever essa sociedade dominada pelos intelectuais como uma sociedade esclarecida, Weber insiste no fato de que, para se perpetuar, esse poder permanece monopólio de um único grupo social excludente dos demais. Os intelectuais são vistos por essas perspectivas como preocupados, antes de tudo, em manter privilégios que lhes garantam o acesso à dominação social. Weber vê justamente na autonomia dos intelectuais a condição de eficácia máxima de sua heteronomia, o que permite oferecer ao soberano, mas também aos grupos sociais mais favorecidos, os serviços de legitimação que apresentam a melhor atuação. *Bourdieu reconstituiu o sistema de Weber analisando o princípio gerador desse sistema e desvelando a maneira pela qual se efetivava a relação entre dominantes e dominados.* (VALLE, 2003, p.123, grifo nosso).

Em sua análise histórico-social sobre a China, Weber pontuou as relações de poder envolvendo os grupos intelectuais, a propensão a manutenção do estamento e de seus descendentes no poder e a ligação nem sempre consiste que o diploma tem em relação ao cargo. Em Bourdieu a questão recai sobre os mesmos pontos, porém de forma mais incisiva, desafiando a validade dos conhecimentos historicamente constituídos e escolarizados.

Tendo como um dos pontos centrais a análise da dinâmica do sistema econômico, Bourdieu e Weber não propuseram uma teoria pedagógica ou um plano de ação direto sobre as instituições educacionais, mas elencaram fatores diretamente ligados à prática educacional, além de contrapor-la como mecanismo de reprodução social.

Ambos reconheceram, portanto, as entrelinhas que permeiam a relação de dominação em nossa sociedade, colocando em cheque, a validade dos exames e diplomas quanto ao seu verdadeiro papel.

Referências

BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. **Pierre Bourdieu: escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 70-79.

BOURDIEU, Pierre; BOLTANSKI, Luc. O Diploma e o cargo: relações entre o sistema de produção e o sistema de reprodução. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio **Pierre Bourdieu: escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 127-144.

NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Cláudio Marques. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu. **Educação e Sociedade**. Campinas: Cedes, v. 23, n. 78, p.15-36, abr. 2002.

WEBER, Max. Os letrados chineses. In: **Ensaio de Sociologia**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1971. p. 471-501.

VALLE, Ione Ribeiro. A obra do sociólogo Pierre Bourdieu: uma irradiação incontestável. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 117-134, jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v33n1/a08v33n1.pdf>> Acesso em: 27 nov. 2010.